

PIB

Produto Interno Bruto

Goiás

2002-2005

NOVA SÉRIE



SEPLAN
SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



GOVERNO DO
ESTADO DE GOIÁS
Desenvolvimento com Responsabilidade

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO

PIB PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESTADO DE GOIÁS - NOVA SÉRIE - 2002-2005



SEPLAN
SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



GOVERNO DO
ESTADO DE GOIÁS
Desenvolvimento com Responsabilidade



Sepin
Superintendência de Estatística,
Pesquisa e Informação

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Alcides Rodrigues Filho

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
José Carlos Siqueira

CHEFE DE GABINETE
Leônidas de Lima Neto

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA
Humberto Tannús Júnior

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO
Lillian Maria Silva Prado

Elaboração

GERÊNCIA DE CONTAS REGIONAIS

Equipe Técnica

Alex Salvino Dias
Dinamar Maria Ferreira Marques – Gerente
Marcos Fernando Arriel

Capa

Alex Salvino Dias

Internet e informática
Fabrício Martins da Silva
Ney Fernando Pinheiro

IND Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás.
Produto Interno Bruto do Estado de Goiás: 2002-2005. - Goiânia:
SEPLAN,
2007.
44 p. ; il.
1. Economia - Produto Interno Bruto - Goiás I. SEPLAN
CDU : 330.55(817.3)

IMPRESSO NO BRASIL
Printed in Brazil 2007

Índice para catálogo sistemático:

Produto Interno do Bruto do Estado de Goiás – PIB *per capita* – Esclarecimento sobre nova série do PIB Goiano – Economia em 2002-2005 – Economia Brasileira no ano de 2005 – Economia Goiana no ano de 2005.
CDU : 330.55(817.3)



SEPLAN
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO



Sepin
Superintendência de Estatística,
Pesquisa e Informação

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 3 – Centro
CEP - 74.003-010 – Goiânia – GO
Tel: (62) 3201-7878/7884 Fax: (62) 3201-7927
Internet: <http://www.seplan.go.gov.br/sepim>
e-mail: sepim@seplan.go.gov.br ; contasregionais@seplan.go.gov.br

Novembro 2007

Sumário

Apresentação.....	5
Esclarecimentos sobre a nova série do PIB Goiano	6
Mudanças no método de medição.....	6
Rebatimento em nível Regional e Municipal.....	7
Divulgação da nova série.....	8
Introdução.....	9
Economia Brasileira no ano de 2005	10
Economia Goiana no ano de 2005	11
Agropecuária	16
Serviços.....	17
Indústria.....	19
Impostos	20
Comparação série velha x série nova.....	20
Economia Goiana no ano de 2003	23
Economia Goiana no ano de 2004	24
Anexos.....	26
Glossário.....	42
Referências.....	44

Apresentação

A Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, por meio da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (Sepin), divulga em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e demais órgãos estaduais de estatística a nova série do Sistema de Contas Regionais, com dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Goiás, tendo como referência o ano de 2002.

A revisão dos dados regionais introduziu novos conceitos e nova base de dados em níveis geográficos mais desagregados, possibilitando a revisão das contas regionais para os anos de 2002 a 2004 e o cálculo para o ano de 2005. Os estudos para o desenvolvimento metodológico da nova série do Produto Interno Bruto dos Estados iniciaram-se em novembro de 2005, no Encontro Nacional realizado em Goiânia, seguido de três outros, nas cidades de Porto Alegre, Recife e no Rio de Janeiro. Intercalando esses encontros nacionais, ocorreram três outras reuniões técnicas, com o Comitê do PIB Regional, composto por representantes das instituições estaduais e do IBGE, eleitos pelo fórum nacional.

As séries regionais foram revisadas de forma que sua metodologia e a base de dados sejam completamente integradas com a série das contas para o Brasil. Desta forma, passaram a incorporar, integralmente, as pesquisas anuais do IBGE, as informações anuais da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, os resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2003, o Censo Agropecuário 1996 e passaram a adotar uma classificação de atividades e produtos compatíveis com a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE).

A nova série de contas regionais tem como referência inicial o ano de 2002, passando a ser divulgada com 17 atividades econômicas a serem ajustadas com os dados do Brasil em valores constantes e correntes.

Neste documento são divulgados resultados consolidados do PIB e PIB *per capita* de Goiás, Brasil e demais unidades da federação, com série de 2002 a 2005. Estão apresentadas também tabelas detalhadas por atividade econômica, com variação real e a composição setorial do PIB goiano.

Esclarecimentos sobre a nova série do PIB Goiano

A revisão dos números da economia de todas as unidades da federação incorporou em seu processo de medição um novo conjunto de informações estatísticas que passou a lastrear o cálculo do Produto Interno Bruto – PIB, dos estados e dos municípios, sob metodologia uniforme. As séries regionais e municipais foram revisadas de forma que sua metodologia e a base de dados sejam completamente integradas conceitualmente aos procedimentos adotados no sistema de contas para o Brasil.

O novo levantamento revelou modificações no peso relativo dos setores da economia, pois passaram a incorporar, integralmente, as pesquisas anuais do IBGE: Esse novo modelo de levantamento e os seus resultados passarão a ser a nova fonte de referência para a produção de estatísticas nacionais e estarão, também, alimentando o sistema de contas regionais.

Mudanças no método de medição

O marco inicial, que será referência para os próximos anos, para as contas regionais, será o ano de 2002, pela abrangência das pesquisas anuais de Indústria, Comércio, Serviços, Construção Civil e pesquisas domiciliares (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e Pesquisa Sobre a Informalidade (ECINF)). Na pesquisa anterior a referência era o ano de 1985. Além disso, os dados do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas passaram a compor a nova base dados.

Uma das grandes mudanças constatadas com o novo método foi o avanço do setor de Serviços na oferta de bens e na geração de riqueza. Refeitas as contas, foi observado um aumento na participação deste setor na economia. Boa parte desse avanço ocorreu porque agora se avalia melhor o peso que algumas atividades de serviço adquiriram na economia, tais como:

- **Produção dos serviços financeiros indiretamente medidos (SIFIM) pelos diversos setores utilizadores:** possibilitou a eliminação do setor fictício “dummy financeiro”, o qual possuía valor de produção igual a zero e um consumo intermediário equivalente ao valor do (SIFIM). No novo método a distribuição do consumo destes serviços financeiros foi feita pelas atividades econômicas, obedecendo à participação no valor adicionado;
- **Serviços de Informação:** nesta nova medição passam a incluir não apenas a tradicional telefonia (fixa e móvel), mas também serviços como internet, TV por assinatura, call

centers, consultoria em hardware, software, processamento de dados, atividade de banco de dados e distribuição on-line, atividades cinematográficas, atividades de rádio e agências de notícias.

- **Administração Pública (contas do governo):** além dos salários de funcionários e gastos de custeio com a máquina, passam a incorporar o consumo de capital fixo (depreciação de prédios, máquinas e equipamentos).
- **Atividade de Transporte:** passa a incorporar a atividade de correios, que antes era classificada em comunicações, com a nova classificação de produtos e atividades integrada com a CNAE.

Houve também alteração no método de mensuração da atividade da agropecuária. A pecuária, com a substituição do cálculo realizado anteriormente, por algoritmos de produção, para o atual método, baseado no ciclo de vida dos animais.

Outra alteração importante foi a reclassificação da PIS/COFINS, passando de impostos sobre a produção para impostos sobre produto.

As alterações metodológicas significam grande melhoria na medição das contas regionais. A mais palpável delas é a mudança de concepção de não existir mais um ano base em que a estrutura econômica era medida pela evolução de preços e quantidades; isso será possível pelo aproveitamento das pesquisas anuais, do IBGE.

As referidas pesquisas, em conjunto com as informações do IRPJ, darão uma nova conformação ao valor absoluto da produção da economia, permitindo uma acuidade maior para essa informação. O resultado disso deverá ser um retrato mais próximo da realidade do desempenho das economias regionais. Desta forma, serão perceptíveis os reflexos causados pela guerra fiscal, pelas políticas de atração de investimentos, instalações de novas plantas, bem como nascimento e morte de empresas.

Rebatimento em nível Regional e Municipal

As Contas Regionais e o PIB dos Municípios foram elaborados sob metodologia uniforme para todas as unidades da federação e estão atreladas aos procedimentos implementados em âmbito nacional, de maneira que os seus resultados possam ser comparáveis, entre os diversos estados e os diversos municípios, e o total dos mesmos, seja igual ao total do País.

Dadas as características e perfis econômicos diferenciados em âmbito estadual e municipal, os rebatimentos das mudanças em curso assumem intensidades distintas em cada um dos

citados espaços geográficos, podendo provocar reduções ou aumentos das suas grandezas macroeconômicas.

A magnitude das possíveis mudanças vai estar relacionada ao peso relativo exercido pelos setores nas economias regionais e a susceptibilidade destes em relação à magnitude e ao impacto das alterações nas suas estruturas internas. Portanto, o uso do novo sistema de cálculo vai atualizar a composição interna do PIB de todas as unidades da federação, com reflexos diretos também no PIB dos municípios. Da mesma forma, entende-se que os novos resultados trarão mais clareza da importância relativa das atividades econômicas na geração e composição do valor adicionado dos estados e dos municípios.

Esse novo trabalho corresponde a um exaustivo esforço de aperfeiçoamento e atualização das bases de dados, dos procedimentos de cálculo e de avanços metodológicos, sendo esse um momento de importantes mudanças na construção do macroindicador. Trata-se, portanto, de um trabalho complexo, em que uma extensa gama de variáveis foi sistematizada, tratada, analisada e incorporada aos cálculos.

Divulgação da nova série

A disponibilidade de dados estabelece o âmbito e a defasagem para cada versão do sistema de contas regionais. Com este novo formato do trabalho baseado nas pesquisas estruturais, fontes chaves para a estimação definitiva do sistema de contas nacionais (SCN) e das contas regionais, as pesquisas do ano T estarão disponíveis no início do primeiro semestre do ano T+2. Desta forma, há uma defasagem de dois anos, a cada ano.

Introdução

As mudanças ocorridas na nova série de contas regionais, base ano 2002, revelaram modificações no peso dos setores que compõem o cálculo do PIB, com destaque para o setor de serviços que passa a ter maior participação na riqueza gerada. A partir desta nova série, a evolução dos anos correntes será alimentada pelas pesquisas anuais do IBGE, o que certamente refletirá o dinamismo das economias locais.

Goiás está entre as unidades da federação que sofreram alteração, saindo da décima posição na antiga série, passando a ocupar a nona posição com o novo método. Foram reveladas também modificações no peso dos setores que compõem o cálculo do PIB goiano, com destaque para o setor de serviços que aumentou participação na riqueza gerada. Enquanto que a agropecuária e indústria perderam participação.

Na atividade de serviços, os destaques para o ganho de participação, com o novo método, foram: Comércio, transporte, aluguéis, alojamento e alimentação. O ganho de participação na atividade do comércio é explicado pela melhoria na medição, com incorporação das pesquisas anuais. Já o setor de transporte, na série antiga era medido somente os modais rodoviário e aéreo. Na nova série estão contemplados todos os modais, incorporando, portanto, o ferroviário e o hidroviário.

A perda de participação nas atividades da agropecuária e indústria, com o método atual, deveu-se principalmente pelo ganho de participação do setor de serviços. Na agropecuária, a separação de produtos das lavouras de produção animal revelou maior peso para a agricultura. No caso da indústria, as maiores perdas ficaram por conta da indústria de transformação e construção civil, esta última explicada pelo desmembramento das contas do Estado do Tocantins, e fechamento de grandes empresas do setor, que eram contempladas na série antiga.

Não se pode negar que sempre haverá comparação do novo método com o antigo, face ao impacto que as mudanças imprimem. Mas, há a necessidade de se decidir pela utilização de novas e atualizadas fontes de dados, incorporando avanços na aplicação de novos procedimentos metodológicos, com o objetivo de gerar indicadores que melhor retratem as economias, tanto em âmbito nacional, quanto nos âmbitos estadual e municipal.

Economia Brasileira no ano de 2005

A economia brasileira em 2005 caracterizou-se por apresentar um quadro de baixo crescimento econômico associado a elevadas taxas de juros. O destaque positivo da economia foi o elevado superávit comercial, o que contrariou algumas expectativas que projetavam um resultado menos expressivo em decorrência do câmbio, que durante todo o ano apresentou forte apreciação do real em relação ao dólar. Os crescentes superávits proporcionaram uma excelente condição de solvência externa, tornando o país menos vulnerável a choques externos. Um dos destaques na área econômica foi justamente a quitação antecipada de débitos com o FMI. Outro fato relevante no ambiente macroeconômico foi a troca de títulos da dívida interna, lastreados em dólares, por títulos lastreados em moeda nacional, este fato proporcionou uma menor exposição do País a choques externos que poderiam influenciar a instabilidade interna, dado o elevado valor da dívida interna.

O ano de 2005 foi marcado pela continuidade da elevada demanda por *commodities*, em decorrência do forte crescimento econômico de países como China e Índia. O forte crescimento do comércio internacional, associado à crescente liquidez no mercado financeiro, proporcionou condições altamente favoráveis para o crescimento econômico de países emergentes, porém este quadro não foi verificado no Brasil.

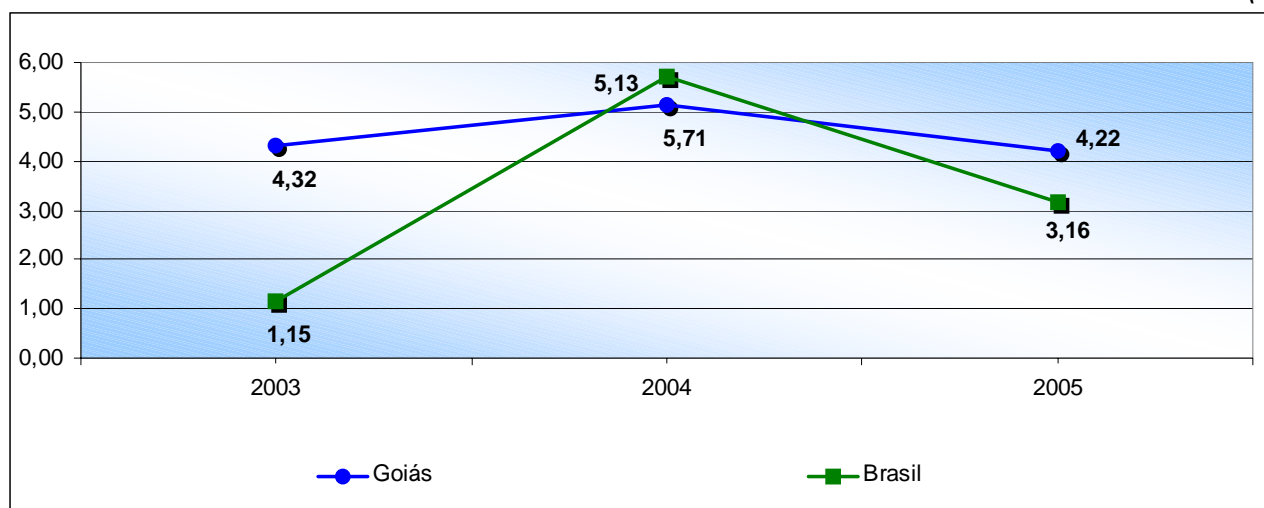
O resultado da balança comercial favorável foi fruto da elevada demanda externa, tanto que praticamente todos os países emergentes apresentaram recordes nos valores exportados.

No geral o Brasil apresentou baixo crescimento econômico de 3,16% em 2005, um dos mais baixos da América Latina. Os índices de inflação foram relativamente baixos, dentro da meta estabelecida: IPCA fechando em 5,69% e IGPM, fortemente influenciado pelo câmbio, em 1,20%. A taxa Selic foi de 18,00% em dezembro, valor extremamente elevado. O risco Brasil chegou ao final do ano em 342 pontos, com tendência de queda, sendo este influenciado pelas condições de solvência da economia.

Economia Goiana no ano de 2005

A economia goiana apresentou resultados positivos nesse ano, embora inferiores se comparados aos anos anteriores. O PIB a preço de mercado corrente de Goiás, do ano de 2005, obteve desempenho de 4,22%, atingindo valor de R\$ 50,536 bilhões, superior ao ano anterior em R\$ 2,515 bilhões, quando registrou R\$ 48,021 bilhões. Sua participação no PIB nacional que era de 2,47% reduziu para 2,35%, mas, mantendo-se na 9ª posição no ranking nacional, resultado revelado pela nova série das contas regionais do Brasil. Levando-se em consideração 2002, ano de referência da nova série, observa-se, para o período de 2002 a 2005, variação real de 14,29% no macroindicador PIB, com média anual de 4,55%, superior a média nacional, que foi de 3,30% no período.

Gráfico 1 – Goiás e Brasil: taxa de crescimento do Produto Interno Bruto 2003 - 2005 (%)



Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

O **PIB per capita**, obtido dividindo-se o PIB do ano pela população residente no mesmo período constitui-se em importante referência como medida síntese de padrão de vida e de desenvolvimento econômico de países, estados e municípios. Em 2005, o Estado de Goiás possuía uma população de 5,620 milhões de habitantes, distribuída em 246 municípios. Seu Produto Interno Bruto foi de R\$ 50,536 bilhões, resultando, portanto, num PIB *per capita* de R\$ 8.992,00 com crescimento real de 1,60% em relação ao ano anterior.

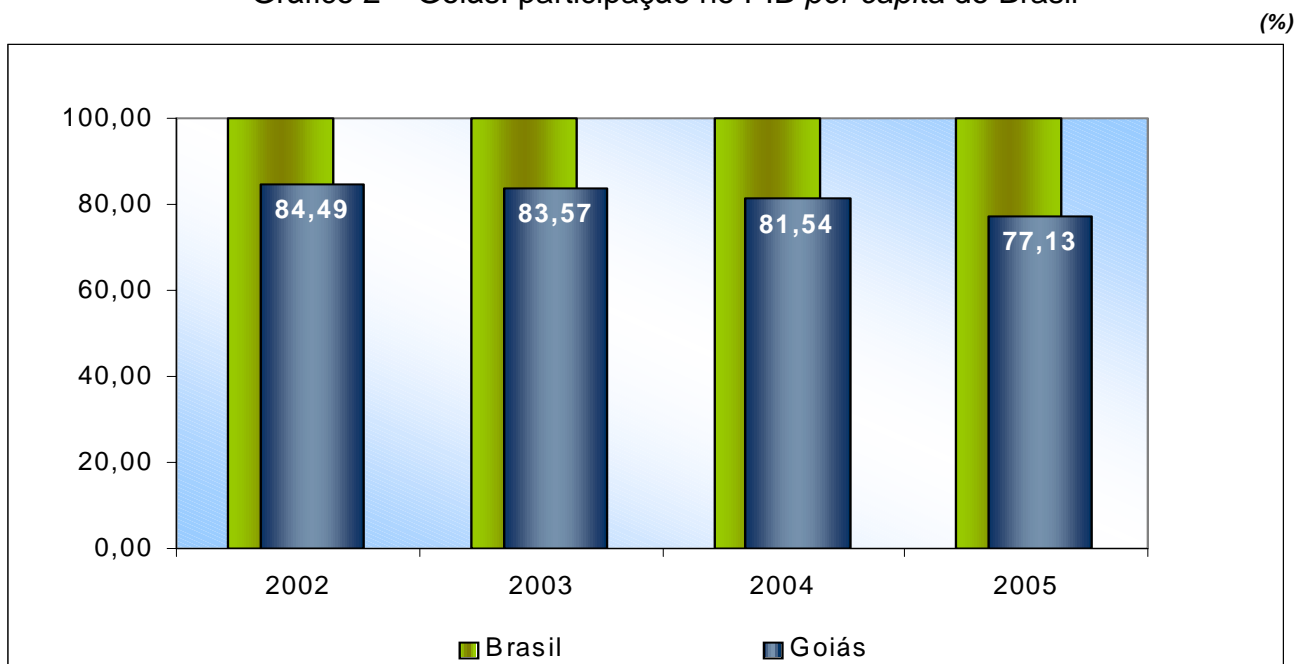
Tabela 1 - Goiás e Brasil: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *per capita* e taxas de crescimento - 2002-2005

ANO	Produto Interno Bruto				Produto Interno Bruto <i>per capita</i>			
	Valores Correntes (R\$ milhão)		Taxas de Crescimento (%)		Valores Correntes (R\$)		Taxas de Crescimento (%)	
	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil
2002	37.416	1.477.822	-	-	7.078	8.378	-	-
2003	42.836	1.699.948	4,32	1,15	7.937	9.498	2,96	-0,32
2004	48.021	1.941.498	5,13	5,71	8.718	10.692	2,12	4,20
2005	50.536	2.147.239	4,22	3,16	8.992	11.658	1,60	1,70

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

* Taxa de crescimento PIB a preço de mercado corrente(Incluído os impostos)

O que se observa é um aumento do PIB *per capita* goiano nos últimos anos, passando de R\$ 7.078 no ano de 2002 para R\$ 8.992 no ano de 2005. Assim, no período de 2002 a 2005, o indicador apresentou crescimento real de 6,83%, a uma média anual de 2,23%. Isto significa que a economia do Estado expandiu a taxas superiores ao crescimento populacional. O PIB *per capita* brasileiro cresceu 5,64% no período analisado, com média anual de 1,84%. Apesar do bom desempenho, o PIB *per capita* goiano (R\$ 8.992) ainda representa 77,13% do PIB *per capita* nacional (R\$ 11.658). O Estado ocupa a 12ª posição no ranking nacional. Vale destacar que Goiás teve um crescimento médio populacional de 2,06% no período de 2002 a 2005, sendo o segundo estado com maior saldo migratório do País, enquanto que o Brasil cresceu 1,45% no mesmo período.

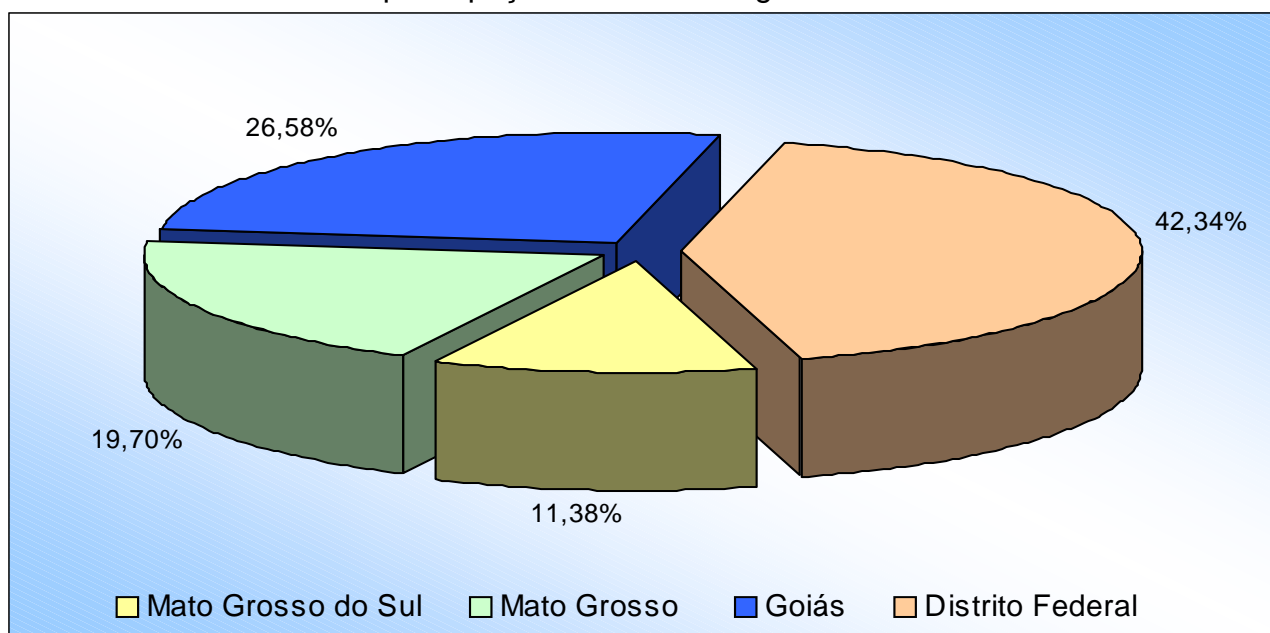
Gráfico 2 – Goiás: participação no PIB *per capita* do Brasil

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Na **Região Centro-Oeste**, Goiás participou com 26,58% da riqueza gerada, posicionando-se na segunda colocação, perdendo para o Distrito Federal (42,34%). Os demais estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, participaram com 19,70% e 11,38%, respectivamente.

No ano de 2005 a região interrompeu um período de ganho de participação, em 2002 representava 8,77% do PIB brasileiro, chegando em 2004 com 9,11%, mas reduzindo para 8,86% no ano de 2005. Este fato é explicado pela forte crise agrícola que afetou a produção na região, exceto Distrito Federal que ganhou participação neste ano.

Gráfico 3 – participação do PIB na Região Centro-Oeste - 2005



Ela

Tabela 2 - Goiás: Estrutura, taxas de crescimento e impactos na taxa global - 2002-2005

Setores de atividades	Estrutura				Taxa de crescimento			Impacto 2005
	2002	2003	2004	2005	2003	2004	2005	
Agropecuária	18,72	18,28	17,17	13,36	6,80	-5,05	7,90	1,36
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	12,42	11,54	11,24	7,83	10,55	-7,30	11,42	1,28
Pecuária e pesca	6,30	6,74	5,94	5,53	-0,59	-1,20	1,22	0,07
Indústria	23,90	23,24	24,98	25,97	8,69	8,59	2,55	0,64
Indústria extrativa mineral	1,01	0,88	1,03	0,82	16,28	14,01	-7,21	-0,07
Indústria de transformação	11,86	12,19	12,30	13,92	13,71	7,80	2,68	0,33
Construção	5,96	4,67	5,50	5,88	-0,63	6,70	5,10	0,28
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	5,08	5,51	6,15	5,34	6,42	11,05	1,63	0,10
Serviços	57,38	58,48	57,85	60,67	1,55	6,57	3,40	1,97
Comércio e serviços de manutenção e reparação	12,61	15,11	14,47	14,41	1,67	4,59	6,19	0,90
Alojamento e alimentação	2,05	1,09	1,69	2,04	0,05	10,05	2,63	0,04
Transportes e armazenagem	4,46	3,69	3,68	3,82	-6,45	7,28	1,05	0,04
Serviços de informação	3,16	3,01	2,98	2,83	6,98	16,10	7,75	0,23
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	4,33	4,20	3,77	4,54	-0,61	3,61	6,20	0,23
Serviços Prestados principalmente às famílias e associativos	2,08	2,30	2,08	2,32	-3,71	14,61	-5,99	-0,12
Serviços prestados principalmente às empresas	2,29	2,48	2,76	2,90	3,87	7,37	8,57	0,24
Atividades imobiliárias e aluguel	9,60	9,59	9,45	9,96	3,75	6,50	3,37	0,32
Administração, saúde e educação públicas	13,14	13,17	13,34	14,29	3,05	3,23	0,24	0,03
Saúde e educação mercantis	2,02	2,23	1,85	1,64	2,27	12,84	0,20	0,00
Serviços domésticos	1,64	1,60	1,79	1,91	-2,89	17,31	3,31	0,06
Valor Adicionado	100,00	100,00	100,00	100,00	4,24	4,91	3,96	3,96

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Embora a agropecuária tenha registrado a maior taxa de crescimento (7,90%) entre os três grandes setores, sua contribuição para a estrutura econômica teve redução de 3,81 pontos percentuais, saindo de 17,17% em 2004 e passando para 13,36% em 2005. Este fato deveu-se a forte crise que afetou o setor naquele ano. O setor de serviços apresentou o segundo melhor desempenho (crescimento de 3,40%), participando com 60,67% na economia, impulsionado pelas atividades de serviços prestados às empresas, de informação, intermediação financeira, seguros e previdência complementar e comércio. A indústria obteve crescimento de 2,55%, contribuindo com 25,97% para formação do valor adicionado. Os destaques do setor ficaram por conta da construção civil e indústria de transformação.

No acumulado dos anos de 2003 a 2005, os grandes setores apresentaram os seguintes resultados, pela ordem de grandeza: Indústria, 21,03% de crescimento e média anual de

6,57%, seguida pelo setor de Serviços (11,90% e média anual de 3,82%) e por fim Agropecuária, com 9,42% no acumulado e crescimento médio anual de 3,05%.

Tabela 3 - Goiás: Taxas de crescimento do valor adicionado e PIB - 2002-2005

Setores de atividades	2003	2004	2005	Acumulado 02-05 (%)	
				Goiás	Brasil
Agropecuária	6,80	-5,05	7,90	9,42	8,58
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	10,55	-7,30	11,42	14,19	8,83
Pecuária e pesca	-0,59	-1,20	1,22	-0,59	8,01
Indústria	8,69	8,59	2,55	21,03	11,54
Indústria extrativa mineral	16,28	14,01	-7,21	23,01	19,34
Indústria de transformação	13,71	7,80	2,68	25,87	11,86
Construção	-0,63	6,70	5,10	11,43	4,91
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	6,42	11,05	1,63	20,11	13,92
Serviços	1,55	6,57	3,40	11,90	9,69
Comércio e serviços de manutenção e reparação	1,67	4,59	6,19	12,92	10,45
Alojamento e alimentação	0,05	10,05	2,63	13,00	15,53
Transportes e armazenagem	-6,45	7,28	1,05	1,43	6,18
Serviços de informação	6,98	16,10	7,75	33,82	14,59
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-0,61	3,61	6,20	9,36	4,03
Serviços Prestados principalmente às famílias e associativos	-3,71	14,61	-5,99	3,75	7,53
Serviços prestados principalmente às empresas	3,87	7,37	8,57	21,08	14,73
Atividades imobiliárias e aluguel	3,75	6,50	3,37	14,22	12,40
Administração, saúde e educação públicas	3,05	3,23	0,24	6,64	8,01
Saúde e educação mercantis	2,27	12,84	0,20	15,63	10,39
Serviços domésticos	-2,89	17,31	3,31	17,70	10,30
Valor Adicionado	4,24	4,91	3,96	13,69	10,01
Produto Interno Bruto	4,32	5,13	4,22	14,29	10,24

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Tabela 4 - Goiás e Brasil: Taxas médias anuais de crescimento do valor adicionado e Produto Interno Bruto por períodos selecionados

Setores de Atividade	Goiás (2002-05)	Brasil (2002-05)
Agropecuária	3,05	2,78
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	4,52	2,86
Pecuária e pesca	-0,20	2,60
Indústria	6,57	3,71
Indústria extrativa mineral	7,15	6,07
Indústria de transformação	7,97	3,81
Construção	3,67	1,61
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	6,30	4,44
Serviços	3,82	3,13
Comércio e serviços de manutenção e reparação	4,13	3,37
Alojamento e alimentação	4,16	4,93
Transportes e armazenagem	0,47	2,02
Serviços de informação	10,20	4,64
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	3,03	1,33
Serviços Prestados principalmente às famílias e associativos	1,23	2,45
Serviços prestados principalmente às empresas	6,58	4,69
Atividades imobiliárias e aluguel	4,53	3,97
Administração, saúde e educação públicas	2,17	2,60
Saúde e educação mercantis	4,96	3,35
Serviços domésticos	5,58	3,32
Produto interno Bruto	4,55	3,30

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Agropecuária

O ano de 2005 foi marcado pela forte crise agrícola brasileira, quando os preços das principais *commodities* agrícolas (principalmente soja) registraram quedas significativas. Neste contexto, o Estado de Goiás, que tem a agropecuária como um dos pilares de sustentação de sua economia, foi bastante afetado. Os resultados do setor agrícola naquele ano revelaram um contraste, cresceram em volume, principalmente culturas temporárias, como a soja. Por outro lado, ocorreu redução de preços de *commodities* agrícolas, soja e algodão, devido à queda nos preços internacionais e valorização do real, afetando fortemente a renda dos produtores rurais. Somados a conjuntura desfavorável, como o crescimento dos preços dos insumos e máquinas agrícolas utilizadas no processo de produção, o que afetou, significativamente, o resultado financeiro da atividade.

O setor agropecuário cresceu 7,90%, sendo que a agricultura registrou taxa de 11,42% no valor adicionado (VA), devido às elevações na produção de soja, cana-de-açúcar e feijão. Os produtos algodão, milho, sorgo e tomate foram as principais quedas registradas na produção. Para a pecuária goiana o ano de 2005 foi favorável, com crescimento em volume de 1,22%,

com destaque para crescimento no efetivo de bovinos, aves e produção de leite. A estatística de abate de bovinos obteve variação positiva de 3,70%. A carne bovina também se destacou nas exportações, variando positivamente em 18,31%, se comparado ao ano anterior. No ano de 2005 o fato negativo para pecuária brasileira foi a ocorrência de gripe aviária na Ásia e pelo surgimento de febre aftosa no Mato Grosso do Sul e Paraná, impedindo um melhor desempenho das exportações de carne em Goiás.

Serviços

No setor de serviços, os melhores resultados, no que refere ao crescimento do valor adicionado, em 2005 foram encontrados nas atividades de: serviços prestados às empresas (8,57%), serviços de informação (7,75%) e comércio (6,19%). O crescimento dos serviços é explicado pelo fato de tratar-se de setor intensivo em mão-de-obra e, portanto, grande gerador de empregos. No ano de 2005 o estoque de empregos com carteira assinada no Estado era de 653.697. Houve, portanto, incremento de 3,04%, em relação ao ano anterior, quando existiam 634.381 empregos formais.

A revelação de taxas maiores no setor de serviços está ligada ao avanço e maior cobertura de setores mais dinâmicos que a média da economia, tais como, aqueles que retratam o progresso e a modernidade, como os das tecnologias de informação e comunicação.

A expansão de serviços prestados às empresas refletiu o bom desempenho de atividades como construção civil, que utiliza serviços especializados, como serviços de arquitetura e engenharia. Na composição deste setor, há que ressaltar também o crescimento de serviços de vigilância e segurança privada, atividades jurídicas, de contabilidade e de auditorias.

Como o segundo melhor desempenho do setor de serviços em 2005, os serviços de informação vêm, há vários anos, registrando as maiores taxas de crescimento. Tal fato explica-se pela expansão da telefonia móvel e fixa pela incorporação de novas tecnologias ao setor, bem como pela expansão da atividade de informática, com desenvolvimento de softwares.

O expressivo crescimento da atividade de comércio em Goiás é fruto, principalmente, da melhoria da renda e da disponibilidade de crédito para os consumidores, no ano de 2005. Os indicadores relativos à Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) confirmaram resultados bastante favoráveis naquele ano para a economia goiana. O volume de vendas teve um incremento acumulado no ano de 11,66%. Os setores cujas vendas são sensíveis à variação no nível de renda, apresentaram resultados altamente expressivos.

O principal destaque, segundo a pesquisa, foi o setor de combustíveis e lubrificantes que embora nacionalmente tenha apresentado resultados fortemente negativos em decorrência da elevação dos preços, em Goiás apresentou um resultado bastante positivo tanto em relação ao volume de vendas (12,85%) quanto em relação à receita nominal (28,67%).

O setor de móveis e eletrodomésticos também teve resultados positivos, condição facilitada pelo crediário próprio das grandes redes de varejo, de financiamentos concedidos por financeiras voltadas especificamente para o consumo. Outro aspecto que influenciou positivamente o consumo foi o crédito consignado que também atinge as classes C, D e E. Deve-se considerar também que naquele ano a valorização do real possibilitou que produtos eletrônicos tivessem baixo reajuste de preços, em alguns casos até mesmo redução, o que provocou o crescimento do consumo.

Outro setor que obteve destaque foi o de veículos, motores, partes e peças, que participou em 2005 com 15,06% da atividade de comércio. Conforme o indicador conjuntural, o setor teve crescimento representativo em 2005, influenciado pelo crédito e pela elevação do nível de renda de alguns segmentos. É um setor que apresenta naturalmente uma demanda reprimida, sendo altamente sensível a variações do nível de renda e às taxas de juro.

Mereceu destaque, também, o crescimento do setor de material de construção (11,15%), que é representativo por ser intensivo em mão-de-obra e por possuir um efeito altamente positivo na economia, haja vista que o setor ao mesmo tempo é sensível a variações da renda e possui efeito multiplicador na economia, por estar associado a uma cadeia produtiva formada por diversos segmentos.

O segmento hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo e o subsetor hipermercados e supermercados também apresentaram crescimento muito superior à média nacional, o que pode ser ocasionado tanto pela estabilidade dos preços dos alimentos, quanto pela ampliação do poder de compra da população uma vez que este segmento é fortemente influenciado pela renda disponível da população.

O comércio exterior goiano também apresentou excelente desempenho. No ano de 2005 a balança comercial registrou um saldo de US\$ 1,092 bilhões. As exportações do complexo soja representaram 56,08% do total exportado, e de carnes (bovina, frango e suína) representaram 20,97%. A crise ocorrida na pecuária de corte naquele ano, não afetou tanto o crescimento das exportações do setor.

Indústria

O setor indústria é composto pela indústria extrativa mineral, indústria de transformação, produção e distribuição de eletricidade gás e água e construção. Essas atividades representaram 25,97% do valor adicionado em 2005, apresentando uma variação positiva de 2,55% e contribuindo com 0,64% na formação da taxa global do VA. As atividades que mais contribuíram para o desempenho positivo foram: construção civil (5,10%), cujo desempenho foi motivado pela queda de preços dos insumos básicos, disponibilidade de crédito para o setor e expansão da massa salarial. Em seguida veio a atividade de indústria de transformação, que obteve crescimento de 2,68% no VA, devido à expansão dos segmentos de fabricação e montagem de automóveis, produtos farmacêuticos, produção de álcool e artigos do vestuário.

Construção civil contribuiu com 5,88% para o PIB total do Estado e 22,65% para o PIB do setor industrial em 2005. Setor que consegue exercer forte impacto na economia, na medida em que exerce influência em outras atividades, criando externalidades positivas que aumentam a produtividade dos fatores de produção, sendo estratégico para a sustentação do desenvolvimento econômico e social. Nos últimos anos observou-se uma redução dos investimentos públicos em obras de infra-estrutura, decorrente dos cortes orçamentários governamentais, principalmente em obras rodoviárias e de saneamento. Por outro lado percebeu-se um aquecimento do setor da construção civil privado, influenciado pela oferta de linhas de créditos para o setor e melhoria da renda real da população.

Na atividade de indústria de transformação, alimentos e bebidas continuou sendo o principal segmento, embora tenha perdido participação. No ano de 2004 este segmento participava com 47,93% da transformação, reduzindo para 44,22% em 2005. Os destaques neste segmento ficaram por conta da maior produção de cervejas e chope. Vale lembrar que neste ano houve ampliação nas instalações de grandes plantas industriais do ramo de bebidas, tais como Coca-cola e Schincariol.

Nos serviços industriais de utilidade pública (Siup), foi observado crescimento de 1,63% no VA. Não fosse o decréscimo na geração da Usina de São Simão, maior hidrelétrica do Estado, pertencente a empresa Cemig, o resultado da atividade poderia ter sido bem melhor. O desempenho positivo na geração coube às hidrelétricas de Cana Brava e Cachoeira Dourada. Já na parte da distribuição de energia, o bom resultado deveu-se ao aumento do consumo em todas as classes verificado naquele ano.

Impostos

O PIB a preços de mercado corrente é o resultado do valor adicionado a preços básicos, somados aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios, ou seja, a soma dos impostos indiretos federais, que compreendem o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto de Importação (II), o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguro (IOF), que incide sobre operações relativas a títulos ou valores mobiliários e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estadual, imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e municipal, Imposto sobre Serviços (ISS). A mudança no novo método de medição do PIB foi a inclusão da COFINS, que antes era tratada como imposto sobre atividades, passando a ser por produto.

Tabela 5 - Goiás: Composição do Produto Interno Bruto, a preços correntes - 2002-2005

R\$ (Milhão)

Ano	Valor adicionado bruto (+)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios (+)	Produto interno bruto (R\$)
2002	33.131	4.285	37.416
2003	37.580	5.256	42.836
2004	42.688	5.333	48.021
2005	44.753	5.783	50.536

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Comparação série velha x série nova

As mudanças ocorridas com o novo método revelaram modificações na apuração do valor final do Produto Interno Bruto de Goiás, permitindo que o Estado saísse da décima posição na antiga série, passando a ocupar a nona posição com o novo método. A melhoria no cálculo permitiu ganhos substanciais em valores, em 2002 o PIB goiano era de R\$ 31,299 bilhões pela série antiga, passando para R\$ 37,416 bilhões na nova série, agregando R\$ 6,117 bilhões a mais. No ano de 2004, último calculado pela série antiga, o PIB era de R\$ 41,316 bilhões, passando para R\$ 48,021 bilhões, com diferença de R\$ 6,705 bilhões. Este fato deveu-se pela melhoria ocorrida no sistema de contas nacionais, replicando ao sistema de contas regionais, que inseriu dentro do sistema as pesquisas anuais de Indústria, Comércio, Serviços, Construção Civil e pesquisas domiciliares (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e Pesquisa Sobre a

Informalidade (ECINF)). Além disso, os dados do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas passaram a compor a nova base.

Com relação aos setores que compõem o cálculo do PIB goiano, o destaque na nova mensuração foi o setor de serviços, que na série antiga representava 43,78% da riqueza gerada em 2004, passando para 57,85% no mesmo ano, com ganho de participação de 14,07 pontos percentuais, sendo a principal alteração com a nova medição. A agropecuária, que representava 20,74% daquele ano, passou para 17,17% com o novo cálculo. A indústria foi o que mais perdeu participação entre os grandes setores. Em 2004 participava com 35,48% na estrutura produtiva do Estado, passou para 24,98% com a nova medição.

Na atividade de serviços, os destaques para mudança na estrutura, com o novo método, foram: Comércio e serviço de manutenção (de 6,87% para 14,47%), transportes (de 1,51% para 3,68%), aluguéis (de 5,24% para 9,45%), alojamento e alimentação (de 0,81% para 1,69%). O ganho de participação na atividade do comércio é explicado pela melhoria na medição, com a incorporação das pesquisas anuais. Já transportes, na série antiga eram medidos somente os modais rodoviário e aéreo. Na nova série estão contemplados todos os modais, incorporando ferroviário e hidroviário. Por outro lado, somente duas atividades de serviços perderam peso: administração, saúde e educação públicas teve sua participação reduzida de 15,43% para 13,34% no PIB de 2004 e saúde e educação mercantis de 2,96% para 1,85% naquele ano.

A perda de participação nas atividades da agropecuária e indústria, com o método atual, deveu-se principalmente pelo ganho de participação do setor de serviços. Na agropecuária, a separação de produtos das lavouras de produção animal revelou maior peso para a agricultura. No caso da indústria, as maiores perdas ficaram por conta da indústria de transformação e construção civil. Indústria de transformação, a perda de participação é explicada pela mudança na forma de contabilizar este setor, houve uma reclassificação de atividades. A atividade de construção foi devido ao desmembramento das contas do Estado do Tocantins, e fechamento de grandes empresas do setor, que eram contempladas na série antiga.

Tabela 6 - Goiás: Composição do Produto Interno Bruto e *per capita*, a preços correntes - 2002-2005

Ano	Série Velha		Base nova		Diferença (R\$ milhão)	Produto interno bruto per capita (R\$)		Diferença (R\$)
	Produto Interno Bruto (R\$ milhão)	Taxa de crescimento	Produto Interno Bruto (R\$ milhão)	Taxa de crescimento		Série Velha	Base nova	
2002	31.299	4,90	37.416	-	6.117	5.921	7.078	1.157
2003	36.835	5,06	42.836	4,32	6.001	6.825	7.937	1.112
2004	41.316	3,78	48.021	5,13	6.704	7.501	8.718	1.217
2005	-	-	50.536	4,22	-	-	8.992	-

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Tabela 7 - Goiás: Participação das atividades no valor adicionado - 2002-2005 (%)

Setores de atividades	Série Velha			Série Nova			
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2005
Agropecuária	22,51	21,94	20,74	18,72	18,28	17,17	13,36
Indústria	32,62	35,15	35,48	23,90	23,24	24,98	25,97
Indústria extrativa mineral	0,23	0,26	0,41	1,01	0,88	1,03	0,82
Indústria de transformação	15,95	18,63	18,72	11,86	12,19	12,30	13,92
Construção	10,59	9,79	9,30	5,96	4,67	5,50	5,88
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	5,84	6,48	7,04	5,08	5,51	6,15	5,34
Serviços	44,87	42,91	43,78	57,38	58,48	57,85	60,67
Comércio e serviços de manutenção e reparação	7,26	7,34	6,87	12,61	15,11	14,47	14,41
Alojamento e alimentação	1,01	0,88	0,81	2,05	1,09	1,69	2,04
Transportes e armazenagem	1,54	1,51	1,51	4,46	3,69	3,68	3,82
Atividades imobiliárias e aluguel	5,86	5,34	5,24	9,60	9,59	9,45	9,96
Administração, saúde e educação públicas	14,65	14,29	15,43	13,14	13,17	13,34	14,29
Saúde e educação mercantis	2,86	2,73	2,96	2,02	2,23	1,85	1,64
Serviços domésticos	0,54	0,54	0,53	1,64	1,60	1,79	1,91
Outros serviços	11,16	10,28	10,42	11,86	12,00	11,58	12,59
Valor Adicionado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Economia Goiana no ano de 2003

Apesar das adversidades ocorridas na economia brasileira em 2003, a economia goiana apresentou um bom desempenho. O Estado de Goiás que tem como alicerce o agronegócio, embora não estivesse imune aos reflexos da instabilidade econômica, obteve desempenho de 4,32% em volume no ano de 2003, resultado superior à média nacional em 3,17 pontos percentuais. O PIB a preço de mercado corrente atingiu R\$ 42,836 bilhões no ano de 2003, valor superior ao de 2002 que foi de R\$ 37,416 bilhões, agregando à economia goiana R\$ 5,420 bilhões. Sua participação que fora de 2,53% no produto nacional em 2002, passou para 2,52% em 2003, resultado que assegurou ao Estado a 9ª posição no ranking nacional.

Observando os três grandes setores de atividade econômica goiana, a indústria foi a que teve o melhor desempenho, seguido por agropecuária e serviços.

Na atividade industrial, a melhor performance ficou por conta da indústria extrativa mineral (16,28%), seguida da indústria de transformação (13,71%), tendo como destaques os segmentos de alimentos e bebidas e metalurgia básica. Em seguida veio a atividade serviço industrial de utilidade pública (6,42%), motivado pelo crescimento na geração e consumo de energia elétrica, e ainda, pelo início da operação da hidrelétrica de Cana Brava localizada no município de Cavalcante no nordeste goiano. Por outro lado a atividade de construção civil

recuou (-0,63%). As perdas do setor foram explicadas pela falta de investimentos públicos em obras de infra-estrutura, decorrente dos cortes orçamentários governamentais, pouca eficiência de programas de financiamento habitacional e a queda na renda real da população naquele ano.

Na agropecuária, o bom desempenho naquele ano deveu-se principalmente a três fatores: crescimento da produtividade, melhoria dos preços agrícolas versus preços industriais e aumento das exportações de produtos da agropecuária e da agroindústria. A agricultura foi o segmento que obteve a maior taxa de crescimento (10,55%), puxado por produtos da lavoura temporária, principalmente as culturas de soja e milho.

No setor de serviços, os melhores resultados ficaram por conta de serviços de informação (6,98%), serviços prestados às empresas (3,87%) e atividades imobiliárias e aluguel (3,75%).

Economia Goiana no ano de 2004

O PIB a preço de mercado corrente de Goiás, do ano de 2004, obteve desempenho de 5,13%, atingindo valor de R\$ 48,021 bilhões, superior ao ano anterior em R\$ 5,185 bilhões, quando registrou R\$ 42,836 bilhões. Sua participação no PIB nacional que era de 2,52% passou para 2,47%.

Apesar da queda na atividade agropecuária, o bom desempenho das atividades de indústria e serviços asseguraram crescimento significativo do PIB goiano em 2004. O resultado destas atividades acompanhou o comportamento da economia nacional. Segundo indicadores conjunturais do IBGE, a indústria goiana assinalou, naquele ano, aumento na produção física devido ao bom desempenho de setores ligados à agroindústria, principalmente os segmentos voltados à exportação. Em termos de volume de vendas no comércio varejista, setor sensível à renda do trabalhador, apurou-se resultados positivos. As exportações e o emprego formal também apresentaram desempenho favorável, ambos registraram resultados recordes se comparado com anos anteriores.

Na indústria, a atividade que mais contribuiu para o bom desempenho foi indústria extrativa mineral (14,01%) e produção e distribuição de eletricidade gás e água (11,05%), motivada pelo crescimento na geração e consumo de energia elétrica. Em seguida veio a atividade da indústria de transformação, quando obteve crescimento de 7,80%, tendo como destaque os segmentos de alimentos e bebidas, devido ao aumento da produção de farinhas e pallets de soja, tortas e bagaços de soja, e de produtos químicos (produção de medicamentos). A

atividade de construção civil também teve crescimento significativo (6,70%), após uma queda no ano de 2003.

No setor de serviços, os melhores resultados ficaram por conta de serviços domésticos (17,31%), serviços de informação (16,10%), serviços prestados às famílias (14,61%) e saúde e educação mercantis (12,84%).

A queda na agropecuária, no ano de 2004, foi explicada pela redução da produção de soja, provocada pela ferrugem asiática, e feijão, influenciado pelo excesso de chuvas à época da colheita e pela impossibilidade de retirá-lo das lavouras.

Anexos

1- Brasil, grandes regiões e unidades da federação

Tabela 8 - Produto Interno Bruto do Brasil a preços correntes, por Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002 - 2005

	<i>R\$ milhão</i>			
Grandes Regiões e Unidades da Federação	2002	2003	2004	2005
Brasil	1 477 822	1 699 948	1 941 498	2 147 239
Norte	69 310	81 200	96 012	106 522
Rondônia	7 780	9 751	11 260	12 902
Acre	2 868	3 305	3 940	4 482
Amazonas	21 791	24 977	30 314	33 359
Roraima	2 313	2 737	2 811	3 179
Pará	25 659	29 755	35 563	39 150
Amapá	3 292	3 434	3 846	4 367
Tocantins	5 607	7 241	8 278	9 084
Nordeste	191 592	217 037	247 043	280 504
Maranhão	15 449	18 483	21 605	25 326
Piauí	7 425	8 777	9 817	11 125
Ceará	28 896	32 565	36 866	40 923
Rio Grande do Norte	12 198	13 515	15 580	17 862
Paraíba	12 434	14 158	15 022	16 864
Pernambuco	35 251	39 308	44 011	49 904
Alagoas	9 812	11 210	12 891	14 135
Sergipe	9 454	10 874	12 167	13 422
Bahia	60 672	68 147	79 083	90 943
Sudeste	837 646	947 748	1 083 975	1 213 791
Minas Gerais	127 782	148 823	177 325	192 611
Espírito Santo	26 756	31 064	40 217	47 191
Rio de Janeiro	171 372	188 015	222 945	246 936
São Paulo	511 736	579 847	643 487	727 053
Sul	249 626	300 859	337 657	356 261
Paraná	88 407	109 459	122 434	126 622
Santa Catarina	55 732	66 849	77 393	85 295
Rio Grande do Sul	105 487	124 551	137 831	144 344
Centro-Oeste	129 649	153 104	176 811	190 161
Mato Grosso do Sul	15 154	19 274	21 105	21 642
Mato Grosso	20 941	27 889	36 961	37 466
Goiás	37 416	42 836	48 021	50 536
Distrito Federal	56 138	63 105	70 724	80 517

Tabela 9 - Produto Interno Bruto do Brasil a preços correntes, por Unidades da Federação - 2002 – 2005

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2002		2003		2004		2005	
	R\$ milhão	Ranking	R\$ milhão	Ranking	R\$ milhão	Ranking	R\$ milhão	Ranking
Brasil	1 477 822	-	1 699 948	-	1 941 498	-	2 147 239	-
Rondônia	7 780	22º	9 751	22º	11 260	22º	12 902	22º
Acre	2 868	26º	3 305	26º	3 940	25º	4 482	25º
Amazonas	21 791	14º	24 977	15º	30 314	15º	33 359	15º
Roraima	2 313	27º	2 737	27º	2 811	27º	3 179	27º
Pará	25 659	13º	29 755	13º	35 563	14º	39 150	13º
Amapá	3 292	25º	3 434	25º	3 846	26º	4 367	26º
Tocantins	5 607	24º	7 241	24º	8 278	24º	9 084	24º
Maranhão	15 449	16º	18 483	17º	21 605	16º	25 326	16º
Piauí	7 425	23º	8 777	23º	9 817	23º	11 125	23º
Ceará	28 896	11º	32 565	11º	36 866	13º	40 923	12º
Rio Grande do Norte	12 198	19º	13 515	19º	15 580	18º	17 862	18º
Paraíba	12 434	18º	14 158	18º	15 022	19º	16 864	19º
Pernambuco	35 251	10º	39 308	10º	44 011	10º	49 904	10º
Alagoas	9 812	20º	11 210	20º	12 891	20º	14 135	20º
Sergipe	9 454	21º	10 874	21º	12 167	21º	13 422	21º
Bahia	60 672	6º	68 147	6º	79 083	6º	90 943	6º
Minas Gerais	127 782	3º	148 823	3º	177 325	3º	192 611	3º
Espírito Santo	26 756	12º	31 064	12º	40 217	11º	47 191	11º
Rio de Janeiro	171 372	2º	188 015	2º	222 945	2º	246 936	2º
São Paulo	511 736	1º	579 847	1º	643 487	1º	727 053	1º
Paraná	88 407	5º	109 459	5º	122 434	5º	126 622	5º
Santa Catarina	55 732	8º	66 849	7º	77 393	7º	85 295	7º
Rio Grande do Sul	105 487	4º	124 551	4º	137 831	4º	144 344	4º
Mato Grosso do Sul	15 154	17º	19 274	16º	21 105	17º	21 642	17º
Mato Grosso	20 941	15º	27 889	14º	36 961	12º	37 466	14º
Goiás	37 416	9º	42 836	9º	48 021	9º	50 536	9º
Distrito Federal	56 138	7º	63 105	8º	70 724	8º	80 517	8º

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Tabela 10 - Produto Interno Bruto *per capita* do Brasil, por Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002 – 2005

	R\$			
Grandes Regiões e Unidades da Federação	2002	2003	2004	2005
Brasil	8 378	9 498	10 692	11 658
Norte	5 050	5 780	6 680	7 247
Rondônia	5 363	6 594	7 209	8 408
Acre	4 707	5 278	6 251	6 792
Amazonas	7 253	8 100	9 658	10 289
Roraima	6 513	7 455	7 361	8 123
Pará	3 918	4 448	5 192	5 617
Amapá	6 200	6 220	7 026	7 344
Tocantins	4 576	5 784	6 556	6 957
Nordeste	3 891	4 355	4 899	5 498
Maranhão	2 637	3 112	3 588	4 150
Piauí	2 544	2 978	3 297	3 700
Ceará	3 735	4 145	4 622	5 054
Rio Grande do Norte	4 234	4 626	5 260	5 948
Paraíba	3 539	3 998	4 210	4 690
Pernambuco	4 328	4 774	5 287	5 931
Alagoas	3 371	3 805	4 324	4 687
Sergipe	5 060	5 718	6 289	6 821
Bahia	4 525	5 031	5 780	6 583
Sudeste	11 140	12 424	14 009	15 468
Minas Gerais	6 904	7 937	9 336	10 012
Espírito Santo	8 258	9 425	11 998	13 846
Rio de Janeiro	11 543	12 514	14 664	16 052
São Paulo	13 259	14 788	16 158	17 977
Sul	9 615	11 440	12 677	13 208
Paraná	8 945	10 935	12 080	12 339
Santa Catarina	9 969	11 764	13 403	14 539
Rio Grande do Sul	10 057	11 742	12 850	13 310
Centro-Oeste	10 565	12 228	13 846	14 604
Mato Grosso do Sul	7 004	8 772	9 461	9 557
Mato Grosso	7 928	10 347	13 445	13 365
Goiás	7 078	7 937	8 718	8 992
Distrito Federal	25 747	28 282	30 991	34 510

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Tabela 11 - População residente do Brasil, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002 - 2005

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente (hab.)			
	2002	2003	2004	2005
Brasil	176 391 015	178 985 306	181 581 024	184 184 264
Norte	13 725 040	14 049 222	14 373 260	14 698 878
Rondônia	1 450 755	1 478 664	1 562 085	1 534 594
Acre	609 351	626 167	630 328	659 865
Amazonas	3 004 608	3 083 701	3 138 726	3 242 201
Roraima	355 075	367 140	381 896	391 317
Pará	6 549 094	6 689 404	6 850 181	6 970 586
Amapá	530 923	552 116	547 400	594 587
Tocantins	1 225 234	1 252 030	1 262 644	1 305 728
Nordeste	49 241 450	49 833 207	50 427 274	51 019 091
Maranhão	5 858 618	5 940 079	6 021 504	6 103 327
Piauí	2 918 280	2 947 776	2 977 259	3 006 885
Ceará	7 736 257	7 856 436	7 976 563	8 097 276
Rio Grande do Norte	2 880 527	2 921 326	2 962 107	3 003 087
Paraíba	3 513 534	3 540 948	3 568 350	3 595 886
Pernambuco	8 145 381	8 234 666	8 323 911	8 413 593
Alagoas	2 911 232	2 946 079	2 980 910	3 015 912
Sergipe	1 868 513	1 901 561	1 934 596	1 967 791
Bahia	13 409 108	13 544 336	13 682 074	13 815 334
Sudeste	75 190 313	76 282 758	77 374 720	78 472 017
Minas Gerais	18 508 521	18 751 174	18 993 720	19 237 450
Espírito Santo	3 239 865	3 295 957	3 352 024	3 408 365
Rio de Janeiro	14 846 102	15 024 965	15 203 750	15 383 407
São Paulo	38 595 825	39 210 662	39 825 226	40 442 795
Sul	25 962 999	26 299 387	26 635 629	26 973 511
Paraná	9 883 625	10 009 534	10 135 388	10 261 856
Santa Catarina	5 590 255	5 682 236	5 774 178	5 866 568
Rio Grande do Sul	10 489 119	10 607 617	10 726 063	10 845 087
Centro-Oeste	12 271 213	12 520 732	12 770 141	13 020 767
Mato Grosso do Sul	2 163 483	2 197 100	2 230 702	2 264 468
Mato Grosso	2 641 387	2 695 278	2 749 145	2 803 274
Goiás	5 285 937	5 397 115	5 508 245	5 619 917
Distrito Federal	2 180 406	2 231 239	2 282 049	2 333 108

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Tabela 12 – Ranking do Produto Interno Bruto *per capita* do Brasil e Unidades da Federação - 2002 – 2005

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2002		2003		2004		2005	
	R\$	Ranking	R\$	Ranking	R\$	Ranking	R\$	Ranking
Brasil	8 378	-	9 498	-	10 692	-	11 658	-
Rondônia	5 363	15 ^o	6 594	14 ^o	7 209	14 ^o	8 408	13 ^o
Acre	4 707	17 ^o	5 278	18 ^o	6 251	18 ^o	6 792	18 ^o
Amazonas	7 253	9 ^o	8 100	10 ^o	9 658	9 ^o	10 289	9 ^o
Roraima	6 513	13 ^o	7 455	13 ^o	7 361	13 ^o	8 123	14 ^o
Pará	3 918	22 ^o	4 448	22 ^o	5 192	22 ^o	5 617	22 ^o
Amapá	6 200	14 ^o	6 220	15 ^o	7 026	15 ^o	7 344	15 ^o
Tocantins	4 576	18 ^o	5 784	16 ^o	6 556	16 ^o	6 957	16 ^o
Maranhão	2 637	26 ^o	3 112	26 ^o	3 588	26 ^o	4 150	26 ^o
Piauí	2 544	27 ^o	2 978	27 ^o	3 297	27 ^o	3 700	27 ^o
Ceará	3 735	23 ^o	4 145	23 ^o	4 622	23 ^o	5 054	23 ^o
Rio Grande do Norte	4 234	21 ^o	4 626	21 ^o	5 260	21 ^o	5 948	20 ^o
Paraíba	3 539	24 ^o	3 998	24 ^o	4 210	25 ^o	4 690	24 ^o
Pernambuco	4 328	20 ^o	4 774	20 ^o	5 287	20 ^o	5 931	21 ^o
Alagoas	3 371	25 ^o	3 805	25 ^o	4 324	24 ^o	4 687	25 ^o
Sergipe	5 060	16 ^o	5 718	17 ^o	6 289	17 ^o	6 821	17 ^o
Bahia	4 525	19 ^o	5 031	19 ^o	5 780	19 ^o	6 583	19 ^o
Minas Gerais	6 904	12 ^o	7 937	12 ^o	9 336	11 ^o	10 012	10 ^o
Espírito Santo	8 258	7 ^o	9 425	8 ^o	11 998	8 ^o	13 846	5 ^o
Rio de Janeiro	11 543	3 ^o	12 514	3 ^o	14 664	3 ^o	16 052	3 ^o
São Paulo	13 259	2 ^o	14 788	2 ^o	16 158	2 ^o	17 977	2 ^o
Paraná	8 945	6 ^o	10 935	6 ^o	12 080	7 ^o	12 339	8 ^o
Santa Catarina	9 969	5 ^o	11 764	4 ^o	13 403	5 ^o	14 539	4 ^o
Rio Grande do Sul	10 057	4 ^o	11 742	5 ^o	12 850	6 ^o	13 310	7 ^o
Mato Grosso do Sul	7 004	11 ^o	8 772	9 ^o	9 461	10 ^o	9 557	11 ^o
Mato Grosso	7 928	8 ^o	10 347	7 ^o	13 445	4 ^o	13 365	6 ^o
Goiás	7 078	10^o	7 937	11^o	8 718	12^o	8 992	12^o
Distrito Federal	25 747	1 ^o	28 282	1 ^o	30 991	1 ^o	34 510	1 ^o

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Tabela 13 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no Produto Interno Bruto do Brasil - 2002 – 2005

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2002	2003	2004	2005
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,69	4,78	4,95	4,96
Rondônia	0,53	0,57	0,58	0,60
Acre	0,19	0,19	0,20	0,21
Amazonas	1,47	1,47	1,56	1,55
Roraima	0,16	0,16	0,14	0,15
Pará	1,74	1,75	1,83	1,82
Amapá	0,22	0,20	0,20	0,20
Tocantins	0,38	0,43	0,43	0,42
Nordeste	12,96	12,77	12,72	13,06
Maranhão	1,05	1,09	1,11	1,18
Piauí	0,50	0,52	0,51	0,52
Ceará	1,96	1,92	1,90	1,91
Rio Grande do Norte	0,83	0,80	0,80	0,83
Paraíba	0,84	0,83	0,77	0,79
Pernambuco	2,39	2,31	2,27	2,32
Alagoas	0,66	0,66	0,66	0,66
Sergipe	0,64	0,64	0,63	0,63
Bahia	4,11	4,01	4,07	4,24
Sudeste	56,68	55,75	55,83	56,53
Minas Gerais	8,65	8,75	9,13	8,97
Espírito Santo	1,81	1,83	2,07	2,20
Rio de Janeiro	11,60	11,06	11,48	11,50
São Paulo	34,63	34,11	33,14	33,86
Sul	16,89	17,70	17,39	16,59
Paraná	5,98	6,44	6,31	5,90
Santa Catarina	3,77	3,93	3,99	3,97
Rio Grande do Sul	7,14	7,33	7,10	6,72
Centro-Oeste	8,77	9,01	9,11	8,86
Mato Grosso do Sul	1,03	1,13	1,09	1,01
Mato Grosso	1,42	1,64	1,90	1,74
Goiás	2,53	2,52	2,47	2,35
Distrito Federal	3,80	3,71	3,64	3,75

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Tabela 14 - Variação acumulada do volume do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por atividades econômicas - 2002 - 2005 (2002=100)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2002	2003	2004	2005
Brasil	100,0	101,2	106,8	110,0
Norte	100,0	105,8	114,6	121,7
Rondônia	100,0	105,5	115,0	120,0
Acre	100,0	104,1	111,8	119,3
Amazonas	100,0	104,4	115,1	126,3
Roraima	100,0	103,5	109,4	114,1
Pará	100,0	106,1	113,7	118,3
Amapá	100,0	107,8	116,3	123,1
Tocantins	100,0	110,3	118,5	126,7
Nordeste	100,0	101,9	108,4	113,0
Maranhão	100,0	104,3	113,6	121,7
Piauí	100,0	105,7	111,8	116,9
Ceará	100,0	101,6	106,4	109,3
Rio Grande do Norte	100,0	101,5	105,1	108,9
Paraíba	100,0	105,3	108,0	111,7
Pernambuco	100,0	99,4	103,4	107,4
Alagoas	100,0	99,3	103,7	108,1
Sergipe	100,0	102,8	109,4	115,1
Bahia	100,0	102,1	111,7	116,8
Sudeste	100,0	99,9	105,2	108,8
Minas Gerais	100,0	101,3	107,2	111,3
Espírito Santo	100,0	101,5	107,3	111,6
Rio de Janeiro	100,0	99,0	102,2	105,0
São Paulo	100,0	99,7	105,6	109,2
Sul	100,0	102,7	107,4	106,3
Paraná	100,0	104,6	109,5	109,2
Santa Catarina	100,0	101,2	108,6	110,1
Rio Grande do Sul	100,0	101,8	104,9	101,8
Centro-Oeste	100,0	103,5	109,8	114,6
Mato Grosso do Sul	100,0	108,0	105,6	108,8
Mato Grosso	100,0	103,7	120,3	126,5
Goiás	100,0	104,2	109,4	113,7
Distrito Federal	100,0	101,8	106,8	111,9

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Tabela 15 - Composição do PIB do Brasil a preço de mercado corrente e variação real, segundo as Unidades da Federação - 2003 –2005

Unidade da Federação	PIB 2003 (R\$ milhão)	2003/2002 (%)	Ordem	PIB 2004 (R\$ milhão)	2004/2003 (%)	Ordem	PIB 2005 (R\$ milhão)	2005/2004 (%)	Ordem
BRASIL	1.699.948	1,15	23º	1.941.498	5,66	16º	2.147.239	3,16	23º
Rondônia	9.751	5,32	6º	11.260	9,61	3º	12.902	4,5	11º
Acre	3.305	3,86	13º	3.940	7,58	8º	4.482	7,3	4º
Amazonas	24.977	4,54	8º	30.314	10,54	2º	33.359	10,2	1º
Roraima	2.737	3,33	14º	2.811	5,50	17º	3.179	4,4	13º
Pará	29.755	6,42	4º	35.563	7,23	10º	39.150	4,2	18º
Amapá	3.434	7,92	2º	3.846	7,96	7º	4.367	6,3	5º
Tocantins	7.241	10,56	1º	8.278	8,15	6º	9.084	7,3	3º
Maranhão	18.483	4,33	10º	21.605	8,97	5º	25.326	7,3	2º
Piauí	8.777	5,46	5º	9.817	6,22	12º	11.125	4,5	12º
Ceará	32.565	1,50	20º	36.866	4,91	21º	40.923	3,0	24º
Rio Grande do Norte	13.515	1,44	22º	15.580	3,50	24º	17.862	4,3	14º
Paraíba	14.158	5,29	7º	15.022	2,66	27º	16.864	4,0	19º
Pernambuco	39.308	-0,65	26º	44.011	4,06	23º	49.904	4,2	17º
Alagoas	11.210	-0,66	27º	12.891	4,42	22º	14.135	4,9	9º
Sergipe	10.874	2,57	15º	12.167	6,56	11º	13.422	5,5	6º
Bahia	68.147	2,20	16º	79.083	9,22	4º	90.943	4,7	10º
Minas Gerais	148.823	1,45	21º	177.325	5,90	14º	192.611	4,0	20º
Espírito Santo	31.064	1,51	19º	40.217	5,77	15º	47.191	4,3	15º
Rio de Janeiro	188.015	-1,19	28º	222.945	3,27	26º	246.936	2,9	25º
São Paulo	579.847	-0,34	25º	643.487	5,94	13º	727.053	3,6	21º
Paraná	109.459	4,48	9º	122.434	4,94	20º	126.622	-0,1	27º
Santa Catarina	66.849	1,02	24º	77.393	7,49	9º	85.295	1,6	26º
Rio Grande do Sul	124.551	1,66	17º	137.831	3,40	25º	144.344	-2,8	28º
Mato Grosso do Sul	19.274	7,51	3º	21.105	-1,21	28º	21.642	3,4	22º
Mato Grosso	27.889	4,00	12º	36.961	16,16	1º	37.466	5,0	8º
Goiás	42.836	4,32	11º	48.021	5,13	18º	50.536	4,22	16º
Distrito Federal	63.105	1,55	18º	70.724	4,95	19º	80.517	5,1	7º

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2005

2- Centro-Oeste

Tabela 16 - Goiás, Brasil e Centro-Oeste: Produto Interno Bruto, participação, população e PIB per capita - 2002-2005

Anos	PIB a preço de mercado corrente (R\$ milhão)	Participação (%)		População	PIB <i>per capita</i> a preço de mercado corrente (R\$)
		Brasil	Centro-Oeste		
2002	37.416	2,53	28,86	5.285.937	7.078
2003	42.836	2,52	27,98	5.397.115	7.937
2004	48.021	2,47	27,16	5.508.245	8.718
2005	50.536	2,35	26,58	5.619.917	8.992

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Tabela 17 - Goiás, Brasil e Centro Oeste: Produtividade dos principais cultivos da agricultura - 2004-2005

Produtividade dos Principais Produtos (t)	2004				2005			
	Brasil	Goiás	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Brasil	Goiás	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso
Cultivo de Cereais para Grãos	3,14	3,94	3,30	3,20	2,89	3,49	2,62	2,95
Cultivo de Cana-de-açúcar	73,73	79,40	73,09	69,09	72,85	79,56	69,54	61,16
Cultivo da Soja em Grãos	2,30	2,35	1,83	2,76	2,23	2,62	1,84	2,91
Cultivo de Outros Produtos	5,38	7,40	6,27	4,55	5,43	6,73	5,79	4,05
Cultivo de frutas cítricas	21,85	18,36	13,96	10,84	21,90	18,57	12,19	12,06
Cultivo de Café	1,03	1,82	1,91	0,54	0,92	2,12	1,08	0,54
Cultivo de Outros Produtos	5,65	12,11	9,29	3,26	5,52	11,95	8,60	2,99

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

3 – Goiás

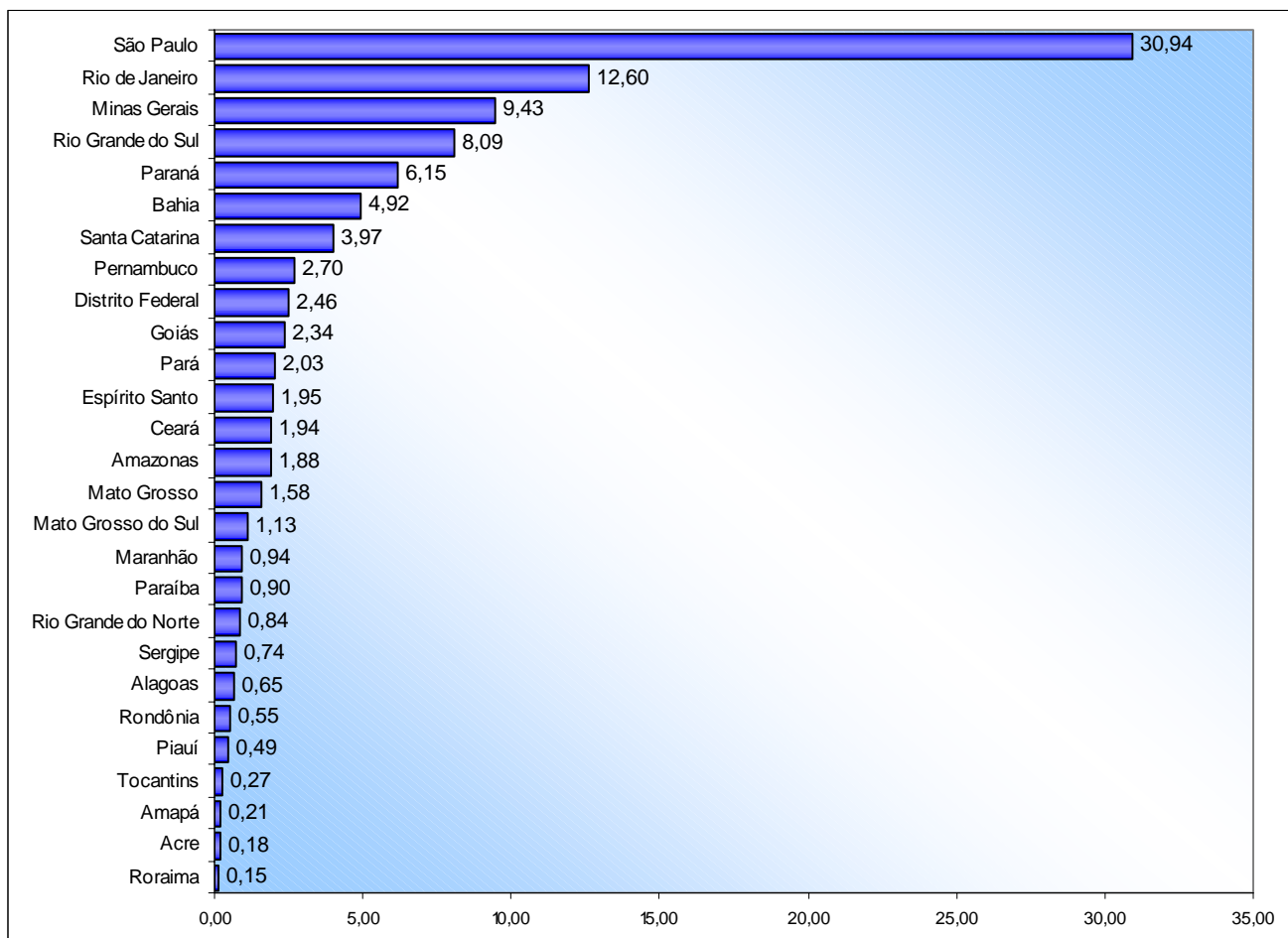
Tabela 18 - Goiás: Participação no valor adicionado do Brasil, por setores de atividades 2002-2005

Setores de Atividade	2002	2003	2004	2005
				(%)
Agropecuária	7,36	6,33	6,36	5,68
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	6,96	5,60	5,84	4,98
Pecuária e pesca	8,32	8,11	7,67	7,09
Indústria	2,30	2,13	2,12	2,16
Indústria extrativa mineral	1,64	1,30	1,37	0,81
Indústria de transformação	1,83	1,73	1,64	1,87
Construção	2,94	2,55	2,77	2,92
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3,98	4,11	4,06	3,40
Serviços	2,25	2,31	2,35	2,27
Comércio e serviços de manutenção e reparação	2,90	3,30	3,08	2,88
Alojamento e alimentação	2,93	1,80	2,71	3,04
Transportes e armazenagem	2,42	2,02	2,00	1,87
Serviços de informação	2,31	2,12	1,98	1,73
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	1,51	1,52	1,66	1,56
Serviços Prestados principalmente às famílias e associativos	2,14	2,45	2,31	2,33
Serviços prestados principalmente às empresas	1,36	1,42	1,58	1,54
Atividades imobiliárias e aluguel	2,44	2,54	2,67	2,69
Administração, saúde e educação públicas	2,20	2,23	2,33	2,31
Saúde e educação mercantis	1,52	1,71	1,46	1,35
Serviços domésticos	3,56	3,44	3,78	3,79
Valor adicionado	2,60	2,56	2,56	2,43
Produto Interno Bruto	2,53	2,52	2,47	2,35

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Gráfico 4 – Goiás: participação no PIB Brasileiro por unidades da federação – 2005.

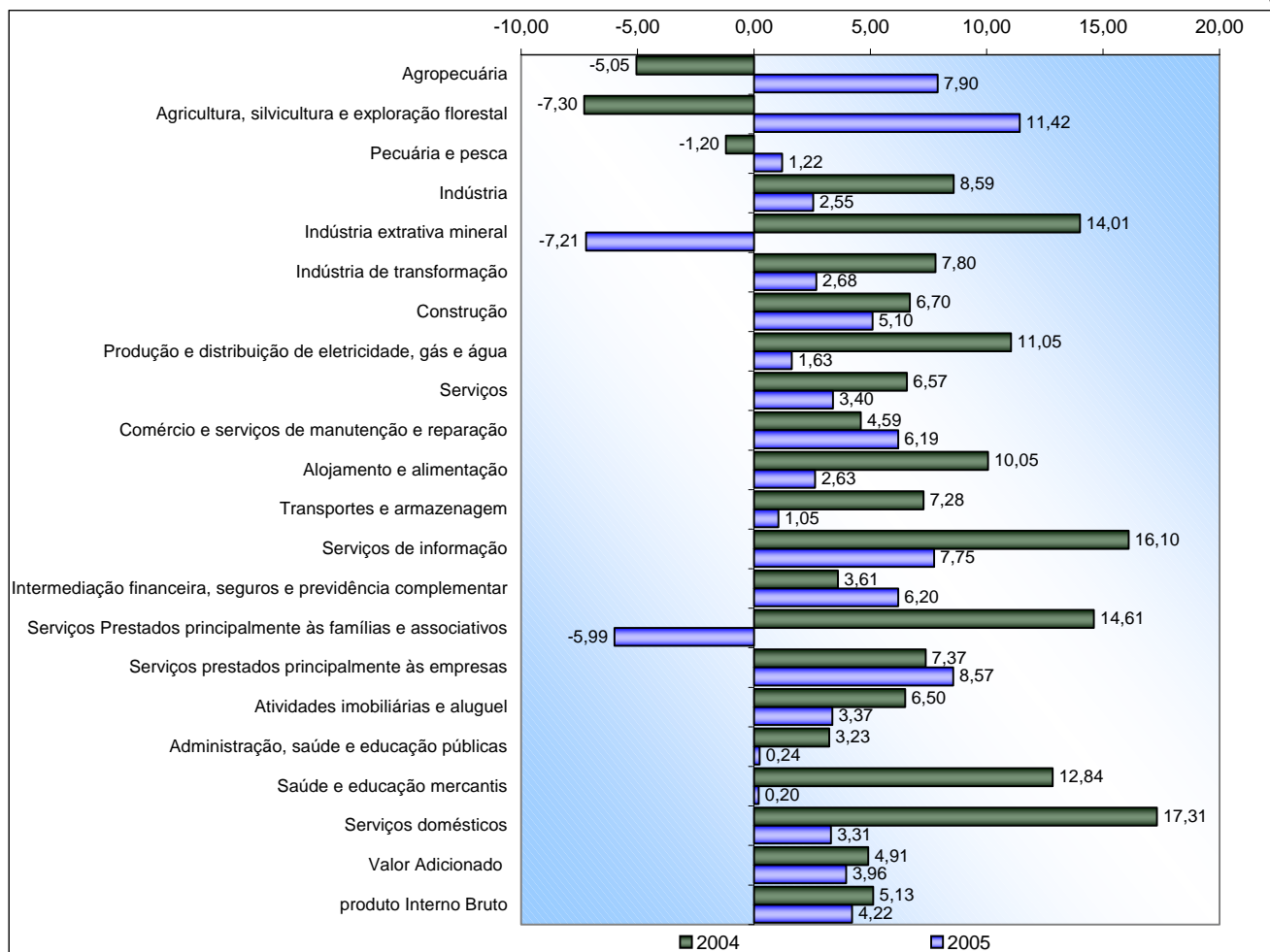
(%)



Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Gráfico 5 – Goiás: taxa de crescimento do VA das atividades 2004 e 2005

(%)



Elaboração: Seplan-GO/Seplin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Tabela 19 - Goiás: valor adicionado, impostos população e PIB *per capita* 2002-2005

(R\$ milhão)

Setores de Atividade	2002	2003	2004	2005
Agropecuária	6.202	6.870	7.331	5.978
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	4.115	4.338	4.797	3.502
Pecuária e pesca	2.088	2.533	2.534	2.476
Indústria	7.919	8.734	10.661	11.624
Indústria extrativa mineral	334	329	440	368
Indústria de transformação	3.928	4.581	5.249	6.231
Construção	1.975	1.754	2.349	2.633
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1.682	2.069	2.623	2.391
Serviços	19.009	21.976	24.695	27.151
Comércio e serviços de manutenção e reparação	4.177	5.679	6.176	6.451
Alojamento e alimentação	680	411	721	912
Transportes e armazenagem	1.478	1.387	1.570	1.710
Serviços de informação	1.046	1.132	1.273	1.266
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	1.435	1.579	1.608	2.030
Serviços Prestados principalmente às famílias e associativos	689	866	888	1.040
Serviços prestados principalmente às empresas	760	932	1.176	1.300
Atividades imobiliárias e aluguel	3.179	3.603	4.035	4.457
Administração, saúde e educação públicas	4.354	4.948	5.696	6.396
Saúde e educação mercantis	669	837	790	735
Serviços domésticos	544	602	763	855
Valor adicionado	33.131	37.580	42.688	44.753
Impostos	4.285	5.256	5.333	5.783
Produto Interno Bruto	37.416	42.836	48.021	50.536
População residente em 1.000 hab	5.285.937	5.397.115	5.508.245	5.619.917
PIB per capita (R\$)	7.078	7.937	8.718	8.992

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Tabela 20 - Goiás e Brasil: taxas de crescimento do valor adicionado - 2004-2005

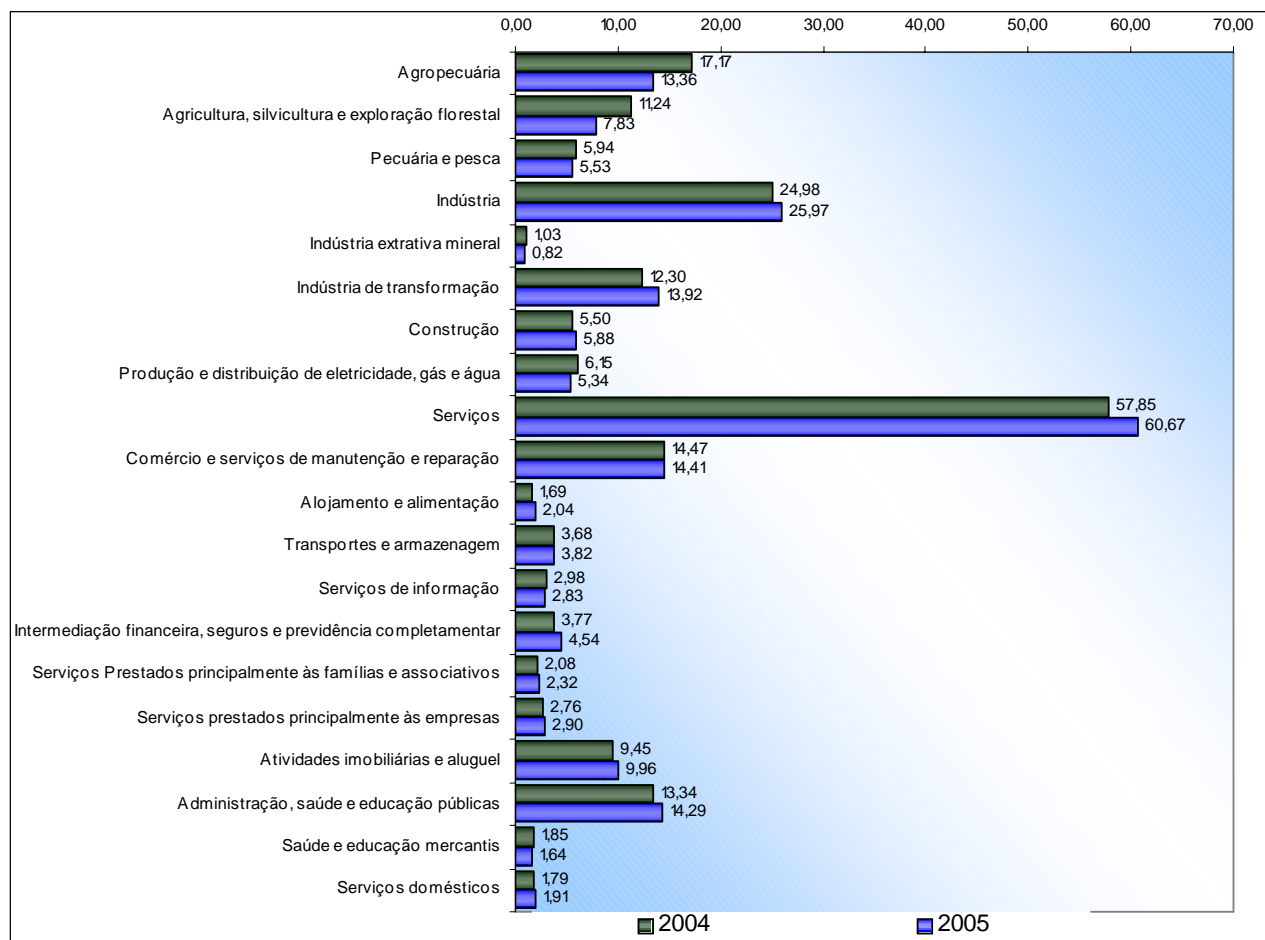
(%)

Setores de Atividades	2004		2005	
	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil
Agropecuária	-5,05	2,32	7,90	0,30
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	-7,30	2,37	11,42	-0,51
Pecuária e pesca	-1,20	2,17	1,22	2,31
Indústria	8,59	7,89	2,55	2,08
Indústria extrativa mineral	14,01	4,29	-7,21	9,32
Indústria de transformação	7,80	8,47	2,68	1,25
Construção	6,70	6,58	5,10	1,78
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	11,05	6,36	1,63	3,04
Serviços	6,57	5,00	3,40	3,68
Comércio e serviços de manutenção e reparação	4,59	6,97	6,19	3,37
Alojamento e alimentação	10,05	5,14	2,63	6,30
Transportes e armazenagem	7,28	5,88	1,05	3,49
Serviços de informação	16,10	5,50	7,75	4,01
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	3,61	3,78	6,20	5,26
Serviços Prestados principalmente às famílias e associativos	14,61	3,79	-5,99	4,70
Serviços prestados principalmente às empresas	7,37	7,37	8,57	7,17
Atividades imobiliárias e aluguel	6,50	3,86	3,37	4,71
Administração, saúde e educação públicas	3,23	3,78	0,24	1,09
Saúde e educação mercantis	12,84	4,94	0,20	4,05
Serviços domésticos	17,31	6,65	3,31	3,06
Valor Adicionado Total	4,91	5,54	3,96	2,96
Produto Interno Bruto	5,13	5,71	4,22	3,16

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Gráfico 6 - Goiás: participação das atividades no VA - 2004 e 2005

(%)



Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Tabela 21 - Goiás: Taxas de crescimento da produção agrícola e pecuária - 2003-2005

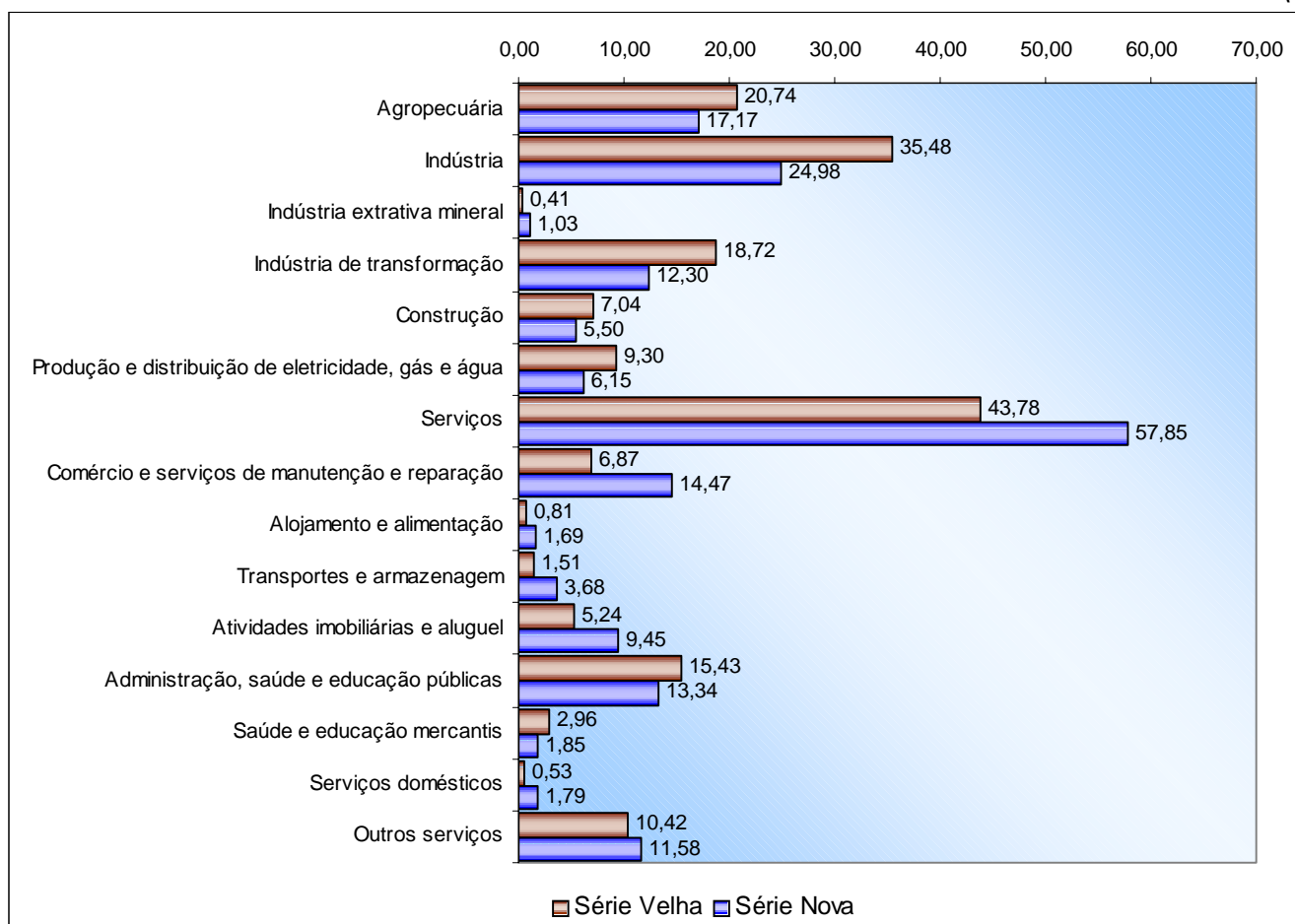
(%)

Principais Produtos	2003	2004	2005	Acumulado 2003-05
Agricultura	10,55	-7,30	11,42	14,19
Cultivo de Cereais para Grãos	17,89	3,17	-19,72	-2,36
Cultivo de Cana-de-açúcar	10,57	8,47	11,72	33,99
Cultivo da Soja em Grãos	16,90	-3,60	14,65	29,20
Cultivo de Outros Produtos	2,32	-5,10	1,75	-1,19
Cultivo de frutas cítricas	0,74	-3,01	1,16	-1,16
Cultivo de Café	-10,61	32,47	12,55	33,27
Cultivo de Outros Produtos	-5,01	3,62	-0,66	-2,23
Pecuária	-0,59	-1,20	1,22	-0,59
Bovinos	0,38	1,20	1,50	3,11
Suínos	10,18	-0,35	0,35	10,18
Aves	10,36	7,64	3,26	22,66
Leite	1,60	0,61	4,34	6,65
Ovos	4,55	3,55	3,59	12,14

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Gráfico 7 – Goiás: comparação série velha e nova - 2004

(%)



Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2007

Glossário

Atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

Consumo intermediário Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

Deflator implícito Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

Dummy financeiro Setor fictício que tem produção nula e consumo intermediário igual aos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM).

Impostos sobre a produção e de importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

Impostos sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

População residente 1. (*Censo Demográfico 2000, Contagem da População 1996*) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

2. (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

Produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o produto interno bruto é igual à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, igual à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) do lado da produção – o produto interno bruto é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção; b) do lado da demanda - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais as exportações de bens e serviços menos as importações de bens e serviços; c) do lado da renda - o produto interno bruto é igual à

remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação mais o rendimento misto bruto mais o excedente operacional bruto.

Remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais efetivas) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

Rendimento de autônomos Remuneração pelo trabalho efetuado pelo proprietário de um negócio que não pode ser identificada separadamente do seu rendimento como empresário.

Salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

Serviços de intermediação financeira indiretamente medidos Rendimentos

de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

Território econômico Território geográfico administrado por um governo dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

Unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

Valor adicionado Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

Variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informação Social. [S.L.], 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. [200-?]. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>.

Conjuntura Econômica Goiana – Boletim Trimestral, SEPLAN/GO, Goiânia, nº 07, 2006.

Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewcad.asp?id_cad=4007

Contabilidade Social – Jeijó, Ramos et al. Editora Campos, 2003.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais.

____. Notas Metodológicas da nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN), referência 2000, Rio de Janeiro, 2007.

____. Contas Nacionais – Sistema de Contas Nacionais do Brasil 2002-2005. Rio de Janeiro, 2007.

____. Produção Agrícola Municipal 2002-2005, Rio de Janeiro, 2007.

____. Produção da Pecuária Municipal 2002-2005, Rio de Janeiro, 2007.

Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, 2005.

Indicadores Econômicos FEE (Fundação de Economia e Estatística), Porto Alegre, 2005.